

## **Culturas políticas, culturas históricas e memória: história e historiografia em diferentes usos do passado**

Political cultures, historical cultures and memory: history and historiography in different uses of the past

SOIHET, Rachel *et al.* (orgs.) *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 543 p.

---

**Bruno Flávio Lontra Fagundes**

bflf@uai.com.br

Doutor

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua do Chumbo, 31/102 – Serra

30210-540 – Belo Horizonte – MG

Brasil

---

### Palavras-chave

História; Historicidade; Historiografia.

### Keywords

History; Historicity; Historiography.

247

---

Enviado em: 20/12/2011

Aprovado em: 29/2/2012

Um livro de 543 páginas seccionado por uma apresentação e 21 textos agrupados em 6 partes, *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia* oferece um grande painel temporal e temático que vai do século XVIII ao XXI. Autores e autoras pensam a história e suas questões teóricas por objetos específicos: no Império do Brasil, símbolos e heróis no maio de 1888 e a crítica política de Ângelo Agostini; na república brasileira, os funerais de Pedro II, Jango e a República de 1945-1964 e o legado de Fernando Henrique Cardoso; e mais os índios nas histórias brasileira e argentina, a memória e a história da historiografia no Brasil, debates intelectuais nos Estados Unidos, quilombos e quilombolas, escrita biográfica, cinema brasileiro, feminismo, Rio de Janeiro.

Natural que a expressiva quantidade de textos e autores em obras dessa natureza nem sempre contenham a unidade que se propala. A obra agrupa seus vinte e um textos nas seguintes seis partes: "Memória e historiografia"; "Memórias, mitos e heróis"; "Intelectuais, Memórias e projetos políticos"; "Etnicidade, memórias e direitos políticos"; "Gênero, memória e práticas políticas"; "Cidade, corte, capital: entre memórias e história". As mais de 500 páginas do livro trazem em sua diversidade, porém, senão uma sincronia, itens da plataforma epistemológica que estaria ocupando, hoje, o cerne da reflexão dos historiadores sobre a relação entre historiografia acadêmica e os usos do passado realizados nas disputas da vida pública política e social e sobre a atividade disciplinar da história, contextualizando-a e historicizando-a.

248

Sob a assinatura das organizadoras, a coletânea é apresentada como "o quarto livro do NUPEHC", o Núcleo de Pesquisas em História Cultural, da Universidade Federal Fluminense, com textos articulados pelo que seria a unidade de propósitos da atuação do núcleo: o de ser "um espaço de reflexões sobre história e historiografia [...]" (SOIHET 2009, p. 11).<sup>1</sup> Segundo as organizadoras, o livro resulta de um seminário realizado na supracitada universidade em 2008, onde a "reflexão sobre as construções memoriais que atravessam o saber historiográfico e o ensino da história, além de outras narrativas sobre o passado" (SOIHET 2009, p. 14) teria sido o eixo.

Duas contribuições importantes da coletânea se destacam: primeira, a de considerar a existência de uma cultura histórica como composta por diversos saberes que usam o passado forjando legitimamente um conhecimento que julgam adequados da história para os fins de suas lutas sociais e políticas. E a segunda contribuição é a de que naquela cultura, aos historiadores lhes cabe legitimamente um lugar e não a supremacia do juízo sobre o passado, muito embora seja a eles que em grande parte das vezes se refiram os que usam o passado para fins não acadêmicos.

A relação entre cultura e política é o principal motivo da obra e as categorias *cultura política* e *cultura histórica* são as que acionam a reflexão dos autores em seus textos. Se a primeira engloba linguagens, mitos, ritos, projetos,

---

<sup>1</sup> Os três primeiros títulos foram *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia* (2003), depois *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história* (2005), e, em 2007, *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*.

identidades, a segunda “tem-se revelado útil” (SOIHET 2009, p. 13) para se compreender operações sociais construtoras de “sentidos de tempo e de história” (SOIHET 2009, p. 13) manifestos em “dispositivos variados” como o ensino, a historiografia e a memória. O empenho pela definição de “cultura histórica” forjada na relação com os conflitos e solidariedades que configuram “culturas políticas” permeia, às vezes mais assumidamente, a preocupação de boa parte dos autores da coletânea. Ao longo dela, se alguns autores supõem a cultura histórica como dado, outros se empenham em defini-la.

Renata Figueiredo de Moraes analisa as festas no Rio de Janeiro entre 13 e 20 de maio de 1888 para pensar uma “cultura histórica” como “relação que uma sociedade mantém com seu passado” (SOIHET 2009, p. 84). As festas de então construíram imagens da escravidão e dos escravos depois confirmadas pelos historiógrafos abolicionistas, que fixaram datas, marcos e personagens. A autora revê o legado da escrita da história abolicionista que se tornou memória, a qual, hoje, fundamenta reivindicações sociopolíticas de grupos afrodescendentes. A fim de problematizar os processos de memorialização da história, a autora entende “[que] o passado precisa ser analisado para que seja possível perceber as distorções, ou os diferentes significados que foram atribuídos à lei do 13 de maio” (SOIHET 2009, p. 84).

Já Cecília Azevedo faz expressiva incursão na historiografia americana sobre a América Latina a fim de compreender a política externa americana voltada para o continente na década de 1960, em função do que examina a conformação de uma cultura política e histórica que dá um “sentido específico à missão americana” no mundo. A autora identifica “interfaces entre os estudos acadêmicos e a formulação de doutrinas e iniciativas de política exterior para a América Latina” (SOIHET 2009, p. 185) e ainda pondera sobre uma interação entre sociedade e academia: o debate sobre a América Latina nos Estados Unidos organizava uma cultura histórica num “imaginário bastante arraigado sobre a região” (SOIHET 2009, p. 185), traduzido no “confronto [social] entre correntes político-ideológicas” que se estendia “igualmente no interior das associações de estudos e instituições de pesquisa” nos Estados Unidos (SOIHET 2009, p. 185).

Numa análise mais abrangente, digamos que *Mitos, projetos e práticas políticas* problematiza os próprios historiadores e a relação que estabelecem entre sua cultura histórica e cultura política. Historiadores criam e mantêm representações do passado e da escrita histórica muitas vezes iludidos de que podem fazê-lo baseados numa representação de si mesmos e da história alheia a práticas de consagração da memória e do prestígio social da disciplina acadêmica história, e esse ponto não pode ser desprezado na análise e, se necessário, precisa ser criticado.

Em meio à diversidade temporal e temática da obra, é significativo que a palavra “memória” apareça nos títulos de suas seis partes. Os textos da coletânea reiteram o aprofundamento do autoexame disciplinar da história, baseado na ideia de que as escritas da história, se deixadas sem crítica, cristalizam uma memória de versões do passado entre outras memórias que poderiam ter

sido e não foram. Mesmo ainda não inteiramente nuançada, a definição de cultura histórica deve ser tentada e os autores do livro têm isso em mente. Jacques Le Goff, Jeanne Marie Gagnebin, Paolo Rossi, Pierre Nora, Paul Ricouer, Jacques Revel, Beatriz Sarlo, Roger Chartier, Manoel Salgado Guimarães, Michel Pollak, são analistas teóricos que endossam boa parte das considerações esposadas nos textos.

Os autores analisam a fundamentação de diversos “usos do passado”. E assim o fazem em duas frentes principais: os “usos do passado” como manejo de fatos passados internos ao universo da disciplina História e de instituições intelectuais conexas e os “usos do passado” como composição de versões da história a fim de fazê-las servir a cada um dos adversários em lutas e conflitos sociais e políticos de cada presente no tempo. Se uma das frentes convida o olhar dos historiadores para si mesmos – práticas, modelos e atividades que os instituem, problematizando-as – a outra desloca o olhar dos historiadores para fora de si mesmos – a episódios, acontecimentos e processos do universo coletivo geral que são firmados sem interação com o que fazem os historiadores. Sem interação aparente, é importante que se diga. Porque uma das qualidades de *Mitos, projetos e práticas políticas* é a de apontar para a dimensão que vincula produção histórica e demandas do presente do historiador, ligando conhecimento especializado e o “universo mais amplo da memória coletiva” (SOIHET 2009, p. 13). Há no livro textos sobre os atualíssimos embates políticos travados em lutas de afrodescendentes em torno da memória de heróis e feitos como Zumbi e Palmares, as disputas de índios pela definição de limites de terras demarcáveis em função de etnias que precisam justificar-se recorrendo ao passado, os conflitos pela definição de identidades feministas construídas a partir de ações passadas de mulheres engajadas, ex-militantes envolvidas em ações políticas na história. A coletânea oferece um grupo de textos que enlaça passado pesquisado metodicamente pelo profissional de história e passado lembrado por agentes do universo mais amplo da memória coletiva, afinal os termos e pautas da agenda política social também são organizados e construídos em interação com o conhecimento acadêmico sistemático – em boa parte do tempo captado pela sociedade via escola e ensino de história.

As organizadoras do livro perguntam: “que demandas as sociedades, os grupos e os indivíduos têm colocado para a história? Como se relacionam memória e historiografia, cultura e política? Como aproximar pesquisa acadêmica e ensino escolar de história?” (SOIHET 2009, p. 11). Angela de Castro Gomes critica o fato de que, na memória coletiva, tudo de Jango está restrito a ser o presidente “deposto” em 1964 (SOIHET 2009, p. 36). A importância do livro está em apurar trânsitos diversos de conhecimentos do passado formulados e/ou ratificados por historiadores ou não e que precisam ser constantemente revisitados. Seguindo as organizadoras, a análise cruzada da política e da história pode esclarecer o que leva sujeitos a estabelecerem “usos mais ou menos conscientes da história e do tempo passado, presente e futuro” (SOIHET 2009, p. 14) com o fim de realizar calculadamente o que seriam ganhos práticos e racionais na arena política. A articulação entre cultura política e cultura histórica

favorece a reflexão de como indivíduos e grupos constroem imaginários e projetos de ação coletiva mediados por representações que fazem do passado.

Em *Mitos, projetos e práticas políticas*, a “memória” não se circunscreve ao conjunto de topos epistemológicos que a institui como problema a ser analisado e nem ao universo de práticas regulares da disciplina História e de seus praticantes intelectuais historiadores, mas deles escapa, porque não parece estar mais em questão que os historiadores sejam aqueles que tenham a prerrogativa exclusiva de dizerem o passado. Destituídos dos lugares exclusivos daqueles que “sabem e dizem” a história, os historiadores estariam vivendo no bojo de uma cultura histórica que vai além deles, mesmo que seus discursos sejam muitas vezes valorizados e apropriados.

Vânia Maria Losada Moreira informa das táticas de usos do passado empregadas em conflitos políticos atuais, como os que envolvem o processo de fixação legal de terras quilombolas derivado das controvérsias conceituais entre a intelectualidade universitária e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre o que é ser legítimo remanescente de quilombos. Para Maria Regina Celestino de Almeida, a homogeneidade de identidades indígenas formulada no processo de construção dos Estados Nacionais no século XIX – e que penetrou então o universo conceitual da cultura histórica acadêmica – hoje já se reformula pela admissão de constituições nacionais que reconhecem a “pluralidade étnica e cultural” de vários estados. É assim que “novas culturas históricas” – como a indígena – vão se construindo na luta política, o que força a “configuração de uma nova cultura histórica entre os intelectuais” (SOIHET 2009, p. 227).

O fato teria sido algum dia diferente do que hoje é? Teria a “cultura histórica acadêmica” sido sempre impermeável a movimentos sociais, senão a interação com seres alheios a suas práticas intra-acadêmicas? Se se admite que sempre houve permeabilidade, mesmo que não percebida, o que haveria de novo, hoje, é que ela parece ter alcançado o *status* de item de investigação na pauta teórica dos historiadores, inclusive para que consigam se colocar como criadores também de mitos e dogmas. Maria Stela Martins Bresciani critica o que teria se tornado um “dogma” (SOIHET 2009, p. 174): a fundação da interpretação do Brasil instituída pela tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, dogma até hoje repetido por muitos historiadores sem se perguntarem o tempo, os motivos e os interesses que fundaram uma das memórias possíveis do começo da reflexão histórica no Brasil.

Se o subtítulo “memória e historiografia” em *Mitos, projetos e práticas políticas* vale pelo que sugere de um projeto investigativo, a incidência repetida da palavra “memória” nos títulos das seções da obra vale como emblema e categoria que lembra ao analista que história e memória se interpenetram, com uma ressalva: a primeira não pode se cristalizar na segunda, sob o risco de qualquer discussão acabar nesse gesto. Tarefa difícil, mas cabe ao historiador precipuamente a incumbência de não deixar que isso aconteça.

Talvez por isso o primeiro texto da coletânea, o de Margarida de Souza Neves, discuta questão teórica estrita, examinando a relação entre a “história e a cultura da memória” (SOIHET 2009, p. 21). A autora supõe uma “crise de

sentidos” manifesta na “inoperância” de categorias explicativas dos historiadores e organiza seu texto na base teórica de autores presentes – ora no fundo, ora na superfície – na argumentação dos demais autores da coletânea. A autora advoga uma relação necessária entre história e memória, criticando o excesso de passado, a dificuldade de se conseguir esquecer e lembrar em “justa medida” (SOIHET 2009, p. 25).

Os múltiplos aspectos que ligam cultura e política pensadas por meio de conceitos como “cultura política” e “cultura histórica” estão nos textos, materializados em discussões sobre as táticas e estratégias de “usos do passado”. Se Luciana Quillet Heymann analisa o Instituto Fernando Henrique Cardoso, o IFCH, criado por processos que envolvem profissionais que imortalizam o ex-presidente tornando-o exemplo e conferindo-lhe o atributo de uma aquisição para sempre, Maria Stella Martins Bresciani e Lucia Maria Paschoal Guimarães dedicam-se aos intelectuais.

Paschoal Guimarães examina o episódio da transferência dos restos mortais de Pedro II e Tereza Cristina para o Brasil em 1921. O processo começa com um projeto apresentado em 1906 que durante quinze anos envolveu vários lances ligados à criação de um panteão, como solenidades, comemorações, atos oficiais e festas públicas, assistidas por milhares de populares: “ao mesmo tempo que tratava de dotar a nação de um passado, a corporação dos historiadores não se descuidava do presente. Empenhou-se na ‘fabricação’ da imagem pública do imperador brasileiro” (SOIHET 2009, p. 72). A imagem pública de “amante das letras e das artes”, “mecenas”, “rei filósofo” foi sendo firmada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX e a figura do soberano foi sendo desatrelada “dos signos da realeza para convertê-la em uma figura atemporal e apolítica” (SOIHET 2009, p. 82), amenizando os vícios do regime republicano ao atribuir seus males a heranças e legados. Por muito tempo repetido por intelectuais, o procedimento de ver o império e as duas primeiras décadas da república como males sistêmicos construía a consagração de Pedro II no panteão da história nacional e preparava o marco analítico personalista que depois justificaria Getúlio Vargas e a Revolução de 30. A autora adverte que a memória está aberta “à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todas as utilizações e manipulações” (SOIHET 2009, p. 82).

Já Stella Bresciani examina as “convergências e oposições entre os intérpretes do Brasil” (SOIHET 2009, p. 180), contestando posições assumidas por pesquisadores no debate intelectual quando adotam acriticamente leituras já fixadas por outros autores como dogmas. A partir da recusa da famosa *Introdução* de Antonio Candido à 5ª edição de *Raízes do Brasil*, a autora não aceita que intelectuais acatem tão passivamente interpretações datadas de outros tempos e contextos. “Adotar acriticamente conclusões ou parte delas como base de novas pesquisas deixa de lado a importância do diálogo entre os autores” (SOIHET 2009, p. 181), diz Bresciani, que não vê tantas semelhanças entre as obras de Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado quando comparadas as de Oliveira Vianna e Alberto Torres. O argumento da autora reclama a análise crítica da representação do passado que conduz às

constantes rememorações dos livros da tríade fundadora da historiografia brasileira, voltando o olhar para certa representação do passado segundo a vontade de fundar-se a reflexão histórico-sociológica no Brasil canonizando autores dali para frente fora de questionamentos.

Há ainda no livro textos que trabalham as transformações da disciplina história, avaliando a criação de novos conceitos operativos, suas modificações e novos significados, ou mesmo o surgimento de campos de investigação – como a historiografia – a partir da reavaliação de práticas que se fizeram tradição. Fábio Franzini e Rebeca Gontijo imergem na análise da constituição de uma “moderna historiografia brasileira” (SOIHET 2009, p. 142) às custas da desqualificação de toda escrita da história do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. Estudos sobre a historiografia ganham realce ao se deslocarem das análises e balanços historiográficos de obras e autores para o autoexame dos historiadores e da memória de sua disciplina, e, ademais, da chave interpretativa que relativizou a certeza de que a reflexão histórica no Brasil começou com a universidade, quando então a investigação adequada do passado passou a existir como “formação” desprezando o conhecimento do passado não cientificamente orientado de amadores, polígrafos, cronistas, eruditos etc.

Em boa parte dos artigos, a ênfase *nos* – ou ainda a reincidência *dos* – termos “usos do passado” e “memória” age como preparadora do desenvolvimento argumentativo dos autores. Tal fato pode indicar um desafio aos historiadores que pode ser traduzido pela instabilidade que acomete as tentativas de definição do que é uma “cultura histórica”. Autores há – e não nos referimos aqui exclusivamente a autores dessa coletânea – que passam pela “cultura histórica” como se ela fosse autoevidente a ponto de nem precisar ser definida, dada sua naturalidade: algo como expressão da relação com o passado existente em qualquer sociedade humana, não restrita a comunidade de profissionais de história, relação que de um determinado momento em diante foi considerada pelos historiadores em suas interpretações.

Se o bordão “a história tem história” nem sempre foi o que organizou – e mesmo justificou – o argumento de um projeto autoinvestigativo disciplinar, agora ele é uma quase-baliza de interação dos usos do passado elaborados pelos historiadores com os usos do passado realizados por outros sujeitos sociais a cada tempo histórico. Talvez ainda não tenhamos vivido o suficiente para avaliar problemas que levam tempo para se manifestar, mas é provável que o exame da disciplina História problematizada em relação a culturas históricas e políticas socialmente espalhadas já tenha dado mostras de vitalidade e ajudado historiadores a reverem mistificações em torno de seus papéis sociais, postura em que, talvez, tenham sempre incorrido sem nunca se darem conta.

Os leitores interessados no que a coletânea pode oferecer quanto a estudos de história da historiografia poderão ler nessa resenha mensagem de cunho político-epistemológico: a de que a disciplina histórica não contraria a regra de que tudo e todos estão envoltos em questões e práticas que são políticas e de poder e ter isso em mente, assumindo que é fato, pode começar mesmo a

modificar uma representação que fazemos de nossa disciplina alheia às mediações das culturas políticas vigentes que precisam ser criticadas, recusando que a cultura política da história se transforme em cultura da memória. Essa pode ser uma leitura possível dos textos da coletânea. Contribuição atual à análise dos usos do passado socialmente realizados e das operações memoriais que envolvem o malogro ou a continuidade de interpretações da história tornadas memória, certamente que o livro enseja outras análises e leituras. Aos leitores diversos, eis o convite para conferirem se aceitam ou não a leitura que ora propomos de *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*.